



## PARTE A

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

#### Despacho n.º 2836/2007

Nos termos dos artigos 3.º, n.º 2, e 16.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 28-A/96, de 4 de Abril, exonero, a seu pedido, do cargo de consultor da Casa Civil o licenciado Diogo Alves de Sousa Vasconcelos, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2007.

19 de Janeiro de 2007. — O Presidente da República, *Antibal Cavaco Silva*.



## PARTE B

### ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

#### Despacho n.º 2837/2007

Nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, autorizo o licenciado João Paulo de Oliveira Galdes, assessor do meu Gabinete, a gozar um período de licença sem vencimento entre 12 de Fevereiro e 12 de Abril de 2007.

7 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

#### Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

##### Deliberação n.º 342/2007

Atento o disposto no artigo 25.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz nomeia juízes de paz dos seguintes Julgados de Paz, conforme requereram:

Dr. Dionísio dos Santos Campos, juiz de paz do Julgado de Paz de Coimbra — com efeitos a partir de 1 de Março de 2007.

Dr.ª Filomena Maria Veiga de Matos Costa, juíza de paz do Julgado de Paz de Miranda do Corvo — com efeitos a partir de 1 de Março de 2007.

Dr.ª Ângela Cristina Silva Cerdeira, juíza de paz do Julgado de Paz de Terras de Bouro — com efeitos a partir de 1 de Março de 2007.

Dr.ª Paula Cristina de Freitas Casimiro Barbosa Mora Moraes, juíza de paz do Julgado de Paz do Agrupamento de Concelhos sediado em Tarouca — com efeitos a partir de 8 de Março de 2007.

Dr.ª Maria Gabriela Gonçalves Cunha, juíza de paz do Julgado de Paz do Agrupamento de Concelhos sediado em Santa Marta de Penaguião — com efeitos a partir de 22 de Março de 2007.

Dr.ª Sofia Ferreira Lopes de Campos Coelho, juíza de paz do Julgado de Paz do Agrupamento sediado em Oliveira do Bairro — com efeitos a partir de 5 de Abril de 2007.

Dr.ª Maria Manuela Alves Cardoso Ferreira de Freitas, juíza de paz do Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia — com efeitos a partir de 15 de Abril de 2007.

Não há necessidade de novas posses, visto que se trata de continuidade de exercício de funções.

15 de Janeiro de 2007. — O Presidente, *J. O. Cardona Ferreira*.



## PARTE C

### PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Direcção-Geral das Autarquias Locais

#### Rectificação n.º 224/2007

Por ter saído com inexactidão a declaração (extracto) n.º 81/2006, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 22 de Maio de 2006, a pp. 7219 e 7220, rectifica-se, a pedido da Câmara Municipal de Alcanena, que onde se lê:

Número da parcela (sequencial)	Proprietário(s)	Outro(s) interessado(s)	Área (em metros quadrados)	Número da matriz da freguesia de Minde		Número da conservatória do registo predial
				Rústico	Urbano	
...	.....	.....	...	...	...	...

Número da parcela (sequencial)	Proprietário(s)	Outro(s) interessado(s)	Área (em metros quadrados)	Número da matriz da freguesia de Minde		Número da conservatória do registo predial
				Rústico	Urbano	
16	Eugénio Carlos Martins Tigelada e mulher, Maria do Rosário de Sousa da Silva Martins, Domingos Manuel Martins Tigelada e mulher, Maria Elvira da Silva Caetano Martins, Maria Emília Martins Prudêncio e José Martins Prudêncio e mulher, Celeste Farinha Cardoso Prudêncio.		6 554,51	366-Q (este prédio rústico inclui dois artigos urbanos cujas construções foram demolidas e inscritas na matriz sob os artigos 579 e 580).		2 908 2 227 (estão apenas descritas as partes urbanas demolidas, estando a parte rústica omissa).
...	.....	.....	...	...	...	...

deve ler-se:

Número da parcela (sequencial)	Proprietário(s)	Outro(s) interessado(s)	Área (em metros quadrados)	Número da matriz da freguesia de Minde		Número da conservatória do registo predial
				Rústico	Urbano	
16	Eugénio Carlos Martins Tigelada e mulher, Maria do Rosário de Sousa da Silva Martins, Domingos Manuel Martins Tigelada e mulher, Maria Elvira da Silva Caetano Martins, Maria Emília Martins Prudêncio e José Martins Prudêncio e mulher, Celeste Farinha Cardoso Prudêncio.		6 554,51	366-Q (este prédio rústico inclui dois artigos urbanos cujas construções foram demolidas e inscritas na matriz sob os artigos 579 e 580).		2 908 2 277 (estão apenas descritas as partes urbanas demolidas, estando a parte rústica omissa).
...	.....	.....	...	...	...	...

30 de Janeiro de 2007. — O Subdirector-Geral, *Paulo Mauritti*.

### Gabinete do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas

#### Despacho n.º 2838/2007

1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 4.º, ambos do Decreto-Lei n.º 251/2002, de 22 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 27/2005, de 4 de Fevereiro, e nos termos do n.º 1 do artigo 2.º, do n.º 2 do artigo 5.º e do artigo 6.º, todos do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada em História Carla Marina Rosado Martingo secretária pessoal do meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Fevereiro de 2007.

22 de Janeiro de 2007. — O Alto-Comissário, *Rui Manuel Pereira Marques*.

### Inspeção-Geral da Administração do Território

#### Rectificação n.º 225/2007

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 4 de Janeiro de 2007, a p. 194, o despacho (extracto) n.º 97/2007, rectifica-se que onde se lê «Ana Paula Jovita Correia da Silva Alves Diogo» deve ler-se «Ana Paula Jovita Correia da Silva».

30 de Janeiro de 2007. — O Inspector-Geral, *Raul Melo Santos*.

### Instituto do Desporto de Portugal

#### Despacho n.º 2839/2007

Por despacho de 31 de Janeiro de 2007 da direcção do Instituto do Desporto de Portugal (IDP), foi Mário Manuel Bravo Heitor, estagiário da carreira técnica superior de desporto do quadro de pessoal do ex-Instituto Nacional do Desporto desde 26 de Outubro de 2005, reclassificado para a categoria de técnico superior de 2.ª classe,

da carreira técnica superior de desporto, do quadro de pessoal do ex-Instituto Nacional do Desporto, ficando posicionado no escalão 1, índice 400, nos termos conjugados dos n.ºs 1 e 3 do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e da alínea *d*) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com produção de efeitos à data de aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 2007. — O Vice-Presidente da Direcção, *Rui Xavier Mourinha*.

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

#### Despacho n.º 2840/2007

1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 20.º, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 19.º, ambos da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, é exonerado, a seu pedido, o licenciado Mário José da Cruz Paulino do cargo de presidente do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e Infra-Estruturas da Justiça.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 23 de Janeiro de 2007.

19 de Janeiro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

### GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

#### Despacho n.º 2841/2007

Nos termos conjugados do artigo 230.º da Constituição e dos artigos 6.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero